

3ª REUNIÃO DA CPA/ENFAM - 2024

Às dez horas do dia vinte de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se presencialmente os seguintes integrantes da Comissão Própria de Avaliação da Enfam: a Juíza Luiza Vieira de Sá Figueiredo, titular, representante do corpo docente e coordenadora da comissão; o Juiz Federal José Luis Luvizetto Terra, titular, representante do corpo discente, a servidora Maria Eveline Pinheiro Villar de Queiroz, e o servidor Marco Alexandre da Silva, titulares, representantes da Enfam, e o professor Gabriel Henrique Collaço, representante da sociedade. Participou também a servidora Jaqueline Mello da Secretaria de Gestão Administrativa, Orçamentária e Financeira, como secretária da Comissão. A Juíza Luiza deu início à reunião, saudou todas e todos presentes e apresentou a ata da reunião anterior, aprovada por unanimidade. Foram apresentadas as propostas de logomarca para representação visual da CPA e aprovada por maioria a opção que simboliza integração e colaboração, já utilizada nessa ata. Em seguida deu-se início a elaboração colaborativa do plano de trabalho para o biênio 2024 – 2025. Com base na proposta de diretrizes elaborada por consultorias na Enfam, estão sendo feitas as devidas adequações. Luiza informou que os objetivos dependerão da proposta a ser apresentada pelos demais integrantes, mas informou que inseriu algumas perguntas orientadoras para trazer aspectos a serem discutidos na reunião. José Luis Terra informou que também complementou o texto com outras perguntas e propôs mudanças na redação relacionadas ao conceito de "ponto de alavancagem" e ações sistêmicas, sugerindo que a identificação de pontos de alavancagem é fundamental para ações que impactem sistemicamente. Ele também expressou dúvidas sobre a clareza do termo legitimidade das avaliações, sugerindo que a legitimidade vem da participação efetiva de todos, não apenas da validação. Marco propôs mudanças na redação relacionadas ao conceito de legitimidade, sugerindo uma abordagem mais clara para definir o que constitui uma avaliação legítima. Ele destacou a importância de diferenciar a instituição da avaliação, sua aprovação e execução, da participação no processo, ressaltando que a legitimidade pode estar ligada à conformidade com estatutos ou normas, enquanto a participação já é abordada em outro princípio norteador. Assim, a reunião abordou a implementação do plano de autoavaliação, discutindo progressos, desafios e próximos passos. As e os integrantes revisaram objetivos e estratégias do plano, avaliando sua execução e identificando áreas que necessitam de mais atenção. Foram debatidas propostas para aumentar a participação da comunidade e melhorar a coleta de dados. Também se discutiu a necessidade de revisar e ajustar o plano com base nos feedbacks recebidos. Dentre os pontos discutidos verificou-se a necessidade de estratégias mais eficazes para engajar toda a comunidade acadêmica no processo de autoavaliação e melhorar a coleta de dados com métodos mais robustos e sistemáticos para coletar e analisar os dados relevantes para a autoavaliação. Gabriel iniciou a apresentação da parte que lhe coube e foi pontuando e ajustando com a equipe as dúvidas e sugestões. Também abordou a importância de avaliar tanto os programas quanto os eixos institucionais da

Enfam: ensino, gestão e coordenação. Questionou também a terminologia avaliação institucional ou autoavaliação. Como a comissão irá tratar isso no âmbito da Enfam, ou seja, qual terminologia utilizará. Eveline ressaltou que a autoavaliação é uma forma de avaliação institucional. Mas que vale a pena deixar essas definições no documento das diretrizes. Assim, o texto continuou sendo analisado com as observações e ajustes dos integrantes. Luiza questionou a dimensão do trabalho da CPA, tendo entendido que foi criada propulsão pelo mestrado. Porém, Jaqueline informou que deve abarcar todos os programas da Enfam, não só o da pós-graduação. Eveline completou a fala da Jaqueline que a CPA deve abordar todos os programas e questionou a forma como a comissão vai chegar nos segmentos e nos atores da Escola para fazer com que esses forneçam informações com a caracterização daquele segmento, mas incluído dentro do institucional para que o processo não fique segmentado. Jaqueline ficou de verificar o que será necessário informar para a Capes até 31/03/2024, não havendo no momento necessidade de informação da comissão criada no final do ano. As informações para a Capes será a de criação da CPA e das reuniões e decisões tomadas pela CPA até março/2024. Também sugeriu que seja feita uma pesquisa internacional sobre avaliação institucional, como as Escolas da RIAEJ e IOJT, além da escola francesa, que atuam com a avaliação institucional no âmbito da magistratura. Assim, Luiza sugeriu que todas e todos trabalhem no texto das diretrizes do programa, com base nas discussões da reunião e também ficou decidido que cada integrante fará uma leitura sobre os instrumentos de avaliação (modelos) contidos no arquivo Teams, para avaliação e eventual ajuste dos instrumentos de avaliação, com sugestão de que cada membro ou dupla faça uma crítica aprofundada de cada documento para discussão na próxima reunião. Esse ponto foi destacado como uma ação urgente e importante para o plano de ação da CPA. Também ficou decidido a inclusão no Teams de um documento simples para que todas e todos possam incluir atividades ou ações a serem desenvolvidas pela CPA para o biênio, com uma expectativa de prazo para conclusão. Essa definição de ações e atividades que a CPA pretende realizar no primeiro ano, destacando a importância de já começar a analisar os questionários de avaliação de forma paralela, mesmo antes de finalizar o plano de ação completo. Assim, sugeriu iniciar pela apresentação da proposta do Gabriel sobre método - técnicas, instrumentos, formas de análise, frequência de coleta de dados. A próxima reunião será dia 21/03/2024, às dez horas (horário de Brasília, de forma remota, com a utilização da plataforma Teams). O link será encaminhado até a véspera pela secretária da CPA. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às doze e quinze.

Jaqueline Mello
Secretária CPA